

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.015

DUALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

WERLANG CUTRIM GOMES

Doutor pelo curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, wc.gomes@ufma.br

RESUMO

Discute-se a educação brasileira refletindo-se sobre a ideia de cidadania e democracia. Realizando-se um recorte histórico sobre a educação brasileira, refletimos sobre a exclusão da classe popular, a reafirmação das classes sociais via políticas educacionais que servem ao capitalismo. Inferimos sobre o dualismo que se apresenta na educação brasileira a partir da constituição de escolas para a elite e escolas para a classe popular.

Palavras-chave: Educação, Cidadania, Democracia, Dualismo educacional.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a educação, a cidadania e a democracia. A educação brasileira desde os primórdios vem caracterizando-se com diferentes formatos, conforme o tempo e o espaço. Para uma compreensão não abstrata, desvendando a sua função verdadeira, precisamos historicizá-la questionando como esta tem sido produzida. Também importa saber a relação da educação com a cidadania ou para qual tipo de cidadão ou cidadã é destinada.

As breves reflexões aqui apresentadas se apoiam em alguns aspectos do contexto histórico da sociedade brasileira. Uma sociedade que se estrutura em classes sociais e utiliza a educação sistematizada para garantir as desigualdades. Garantiram-se através da educação formal ou sistematizada, privilégios para as classes abastadas, fornecendo aos que se constituíram como dominantes as oportunidades para se ilustrarem.

A demanda por educação formal no Brasil evoluiu à proporção que o País buscou seguir o ritmo de desenvolvimento dos países mais avançados, no entanto, nem sempre as políticas sociais voltadas para esta área, a entenderam como necessidade e um bem para ser adquirido.

Determinantes como a ordem política, a economia e a herança cultural atuam orientando a demanda social para a educação e também o controle na disponibilidade de escolas durante toda a história do Brasil até os dias atuais, ocasionado assim, a exclusão de muitas pessoas principalmente da classe popular.

Este artigo está organizado nos tópicos: Introdução; Reflexões sobre a cidadania e a educação brasileira; Educar para qual democracia e Considerações finais. Nosso objetivo está voltado para discutir e refletir o dualismo educacional considerando a cidadania e a democracia na sociedade brasileira. Desenvolvemos como metodologia para a elaboração deste trabalho, pesquisa bibliográfica em autores (as) que abordam a cidadania, a democracia e as questões históricas da educação brasileira.

REFLEXÕES SOBRE A CIDADANIA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Entendemos que os aspectos históricos da sociedade brasileira nos conduzem a perceber que:

As condições objetivas para o desenvolvimento da obra educativa da Companhia de Jesus foram a organização social e o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia.

1ª. Condição – consistia na predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos.

2ª. Condição – consistia no conteúdo cultural de que se faziam portadores os padres. Este conteúdo era a materialização do próprio espírito da Contra – Reforma, que se caracterizou, sobretudo por uma enérgica reação contra o pensamento crítico, que começava a despontar na Europa, por um apego a formas dogmáticas de pensamento, pela reafirmação da autoridade, quer da Igreja, quer dos antigos, enfim, pela prática de exercícios intelectuais com a finalidade de robustecer a memória e capacitar o raciocínio para fazer comentários de textos.

- Uma educação segundo Romanelli (1993) para:

[...] cultivar ‘as coisas do espírito’, isto é, uma educação literária, humanista, capaz de dar brilho à inteligência. A esse tipo de indivíduos convinha bem a educação jesuítica, porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelamente a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava. (ROMANELLI, 1993, p. 34)

A catequese era o objetivo principal da Companhia de Jesus, porém mais tarde ganha importância a educação da elite em terras brasileiras.

As reflexões de Alves (2010, p. 152) nos chama a atenção sobre os “silêncios da história” para compreendermos a educação brasileira nos momentos atuais. Assim: “Enfrentar os silêncios da história para desmontar as visões dominantes sobre a cidadania no Brasil é tarefa necessária ao pensamento crítico que se detém na análise do quadro da educação brasileira da atualidade e o interroga sobre a construção cidadã”.

Do século XVI ao XIX a educação no Brasil destinou-se a preparar os filhos da Aristocracia para fazerem faculdade na Europa, alguns ao retornarem, assumiriam cargos político administrativo determinando o futuro dos brasileiros. A função social da escola resumia-se em preparar a elite para o comando da Nação.

Com o Ato Adicional de 1834, a educação primária e secundária foi delegada às províncias, porém, a falta de recursos não favoreceu ser desenvolvida uma rede organizada de escolas. As consequências deste Ato favoreceram a iniciativa privada que adotou o ensino secundário, por outro lado, o ensino primário ficou abandonado.

De acordo com Romanelli (1993, p. 40): “O fato de a maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos.” Cabe destacar que o ensino médio era propedêutico e a educação popular existia no abandono. A educação passou a ser apenas ilustração e preparatória de funções adotando a retórica como mais importante do que a criatividade. Predominou então, uma formação acadêmica humanística e retórica para as classes sociais que podiam frequentar a escola.

O Sistema Político Econômico da Época (Colônia e Império) não solicitava uma população com o mínimo de educação formal, pois os trabalhos necessários para o desenvolvimento da Sociedade e da própria sobrevivência dos que habitavam no Brasil eram executados por pessoas que estavam na condição de escravo.

Com a Constituição da República promulgada em 1891 foi instituído um governo com base no sistema federativo, assim o ensino ficou descentralizado caracterizando o dualismo educacional. Coube à União fundar e fiscalizar a educação superior, secundária acadêmica. No Distrito Federal, a União ficou responsável por todos os níveis. Os Estados da Federação se responsabilizaram em fundar e fiscalizar a educação de nível primário e o ensino profissional: escolas de nível médio para moças (Curso Normal) e escolas técnicas de nível médio para rapazes.

Ficou então fortalecido o dualismo que já vinha ocorrendo desde o Império. Acirrou-se a distância entre as escolas secundárias acadêmicas, as escolas de nível superior (frequentadas pela classe dominante) e as escolas primária e profissional (frequentadas pelas classes populares). De um lado a educação para a elite e de outro lado a educação para o pobre, retratando a dualidade também da organização social do Brasil. A dualidade na educação brasileira aconteceu representando o dualismo de uma sociedade escravocrata e as contradições em relação ao poder centralizado ou descentralizado.

Importa observar nas tentativas de estruturar a educação brasileira, a Reforma Benjamim Constant (1890). Esta Reforma ficou com o mérito de não continuar a tradição da educação humanística, contudo, não projetou um ensino a partir da própria realidade. Fato que ocorre com todas as demais reformas para a educação brasileira.

É somente nas primeiras décadas do Século XX que se concretizarão os anseios de alguns intelectuais da época, que defendiam em seus discursos o direito

de a população ter uma escolarização formal capaz de prepará-los para o exercício da cidadania.

Constituiu-se no início do século XIX uma classe emergente que solicitava educação. Esta educação foi apontada como elitizada, pontuada nos ensinamentos da Igreja Católica. Observa-se que até às primeiras décadas do século XX a população brasileira se concentrava nas áreas rurais e a educação não era valorizada pelo povo. Antes da Proclamação da República (1889), não havia sentido uma educação preparatória para o trabalho, pois este era carregado de preconceito por ser uma atividade de escravos.

Destaca-se também o fato de o Estado brasileiro ter se tornado uma Federação, a federalização ocasionou em ações de descentralização e centralização das políticas. A área da educação tornou-se comprometida conforme os interesses de cada Unidade da Federação.

O contexto político econômico do Período colonial até a Primeira República não tinha em pauta a prioridade educação, ou seja, disponibilizar escolas para a população, assim chegamos às primeiras décadas do século XX com uma grande defasagem de oferta de ensino. A população que se concentrava nas áreas rurais procurava as cidades (o meio urbano) em busca de emprego e melhores condições de vida. Começaram a se desenvolver as primeiras indústrias necessitando de mão de obra qualificada, porém, não tínhamos trabalhadores qualificados e nem tecnologias para apoiar a indústria nascente.

A classe dominante mostrou-se incapaz de organizar um sistema educacional para atender a demanda social e formar recursos humanos necessários para o momento de desenvolvimento da economia nos anos 1930. Somente após a Primeira Guerra Mundial, trabalhadores urbanos e a classe média se fazem notar como categoria política. Apresenta-se uma crise no setor educacional; de um lado a demanda da população que buscava escolarização formal e por outro lado, a indústria nascente que requeria mão de obra qualificada.

Conforme Alves (2010) é preciso reconhecer que:

Inicialmente calcada no universalismo iluminista que apontava para o pertencimento a um grande corpo, que era toda a humanidade, a categoria cidadão foi recebendo, à medida que se constituíam os Estados – Nação do século XIX, conotações cada vez mais restritas e espelhadas na racionalidade, que se construía a partir da nova direção desses Estados. No Brasil, [...]. Os historiadores têm descortinados o quanto a diversidade étnica, assim como a desigualdade econômica e social, se

desdobrava em muitas divisões e hierarquias sociais que abriam e fechavam portas, ao mesmo tempo em que classificavam os cidadãos e não cidadãos, apoiando-se em diversas justificativas, ao longo do século XIX. (ALVES, 2010, p.148, grifo da autora)

A ideia de ser cidadão desenvolveu-se no universalismo iluminista para em seguida situar-se na identificação do sujeito com o Estado – Nação do século XIX, adotou características mais específicas e pontuadas na racionalidade. O Brasil adotou classificações de cidadãos apoiadas em diversidades étnicas e desigualdades econômicas. A educação nesse sentido se apresentou assegurando um conceito de cidadania fundamentado em divisões e hierarquias.

Conforme o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, inferimos que a lógica capitalista é um obstáculo para o desenvolvimento da moral e da cidadania. Assim, Duarte (2010, p. 81) observa que: “A lógica social capitalista é, portanto, um impeditivo para o desenvolvimento da cidadania.” A compreensão está no fato do trabalho humano ser resultado histórico, ele é a fonte da humanização e quando ocorre a venda deste, o sujeito é alienado de sua essência.

Ser cidadão / ã, é uma preocupação de José Verissimo que segundo Alves (2011, p. 37): “Ele dirigia seu olhar para as experiências externas, buscando um confronto que, ao mesmo tempo, valoriza algumas delas e avaliava o que poderia ser útil para a experiência brasileira.” Entendia este intelectual que a educação precisava formar o (a) brasileiro (a), desenvolver nestes (as) uma cultura típica, de identidade com o Brasil, e que isto se daria numa relação com o outro. Que as pessoas não deveriam estar afastadas do trabalho, pois sendo uma atividade laboral, proporcionaria grande aprendizado. O trabalho designado para o escravo quando o Brasil ainda era Colônia e Império, desenvolveu vários desvios na sociedade, a exemplo a falta de disciplina enquanto vontade verdadeira.

Na luta por uma escola cidadã, democrática Anísio Teixeira (1989) chama a atenção que:

Quando, na Convenção Francesa, se formulou o ideal de uma educação escolar para todos os cidadãos, não se pensava tanto em universalizar a escola existente, mas em uma nova concepção de sociedade, em que privilégios de classe, de dinheiro e de herança não existissem, e o indivíduo pudesse buscar, pela escola, a sua posição na vida social. Desde o começo, pois, a escola universal era algo de novo e, na realidade uma instituição independente da família, da classe e da religião, destinada a

dar a cada indivíduo a oportunidade de ser, na sociedade, aquilo que seus dotes inatos, devidamente desenvolvidos, determinassem.

Há, antes de tudo, uma transformação radical com a criação da nova escola comum para todos, em que a criança de todas as posições sociais iria formar a sua inteligência, a sua vontade e o seu caráter, os hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente. Essa escola formava a inteligência, mas não formava o intelectual. O intelectual seria das especialidades de que a educação posterior iria cuidar, mas não constitui objeto dessa escola de formação comum a ser, então, inaugurada. Por outro lado, além dessa total inovação, que representava a escola para todos, a própria educação escolar tradicional e ainda existente teria de se transformar, para atender à multiplicidade de vocações, ofícios profissões em que a nascente sociedade liberal e progressiva começou a desdobrar-se.

Os moldes antigos eram resistentes e todo o século dezenove foi uma luta por técnicas e processos novos, que permitissem a plena realização dos ideais escolares da democracia. [...] a educação escolar passou a visar – não a especialização de alguns indivíduos, mas a formação comum do homem e a sua posterior especialização para os diferentes quadros de ocupações, em uma sociedade moderna e democrática. (ANISIO TEIXEIRA, 1989, p. 2)

Temos a preocupação com uma educação cidadã e democrática em uma sociedade como a brasileira que ainda estava longe dos ideais liberais e capitalistas, com práticas de dominação coronelista, patriarcal e clientelista, uma escola que servia apenas para ilustrar os filhos da elite.

A sociedade brasileira desenvolveu-se durante o Período Colonial e Império enfrentando grandes problemas, dentre tantos, chamou a atenção de alguns intelectuais a questão da educação; a formação do povo brasileiro; a identidade cultural; o caráter de cidadania; a preparação para o trabalho; o enfrentamento de oligarquias etc. Neste intento, se passa a discutir a ideia de uma sociedade democrática.

Seguindo a linha de raciocínio apresentada, no próximo tópico deste breve artigo, abordaremos a questão da democracia e a educação na sociedade brasileira destacando o período pós 1964.

EDUCAR PARA QUAL DEMOCRACIA?

Outra época do Brasil que nos chama a atenção, é a década de 1960 quando ocorreu o golpe militar. De acordo com Germano (1994), o Brasil iniciou os anos

de 1960 enfrentando uma grande crise econômica e política que afetou significativamente as elites. De um lado os aparelhos de Estado não asseguraram mais a seleção de classes para manter estabilizado o processo político, reproduzir a dominação política burguesa na forma institucional, inclusive organizar a composição dos grupos políticos, por outro lado, no setor econômico foi reduzido o índice de investimentos e houve diminuição de entrada do capital externo, ocasionou assim, a queda da taxa de lucro e o aumento da inflação. A área da educação nesta época passou por algumas reformas, tais como:

- Reforma do Ensino Superior – Lei nº. 5.540/68. Apresentou-se esta Reforma com características de privatização do ensino superior. No acordo MEC – USAID chama a atenção os Relatórios de Meira Matos e Rudolph Acton entendendo que a Universidade brasileira não necessitava realizar atividades de pesquisa, pois o Brasil por ser um país pobre deveria se preocupar apenas com o ensino, deixando para os países ricos, o desenvolvimento daquela atividade.
- Reforma do Ensino Primário, Ginásio e Secundário (também denominado de Científico) – Lei nº. 5.692/71 (Estes níveis de ensino passaram a ser denominados de Ensino de 1º. e 2º Grau respectivamente). O 2º. Grau ficou constituído como Ensino Técnico Profissionalizante de forma compulsória e obrigatória em todas as Escolas que desenvolviam o ensino de nível médio. Mais tarde a Lei nº. 7.044/82 revoga o caráter compulsório e obrigatório do Ensino Técnico Profissionalizante.

Levar a população excluída do ensino superior para o ensino técnico profissionalizante era a meta do governo da época, anos 1970. Cunha (1985) designa tal política de “compensatória ou de compensação”. Uma política de compensação na educação brasileira que tinha objetivos claros, encaminhar para uma educação profissional de nível médio a demanda que ficaria sem acesso ao ensino superior.

A cidadania está nestas perspectivas de Reformas educacionais, categorizadas pelo fator econômico. Segundo Frigotto (1996) o cidadão, enquanto “capital humano” numa ótica de Theodore W. Schultz (Prêmio Nobel de Ciências Econômica em 1979).

Ser cidadão em uma sociedade de classes implica dobrar-se aos caprichos do capital, assim, a educação direciona-se para hierarquizar os sujeitos com caráter de mercadoria, essa é a cidadania da escola capitalista.

Saviani (1993, p. 105) esclarece que:

A educação deve ser compreendida historicamente inserida no modo de produção da sociedade. “Assim, o capitalismo é ao mesmo tempo homogeneizador e diferenciador. Homogeneiza o processo e diversifica o produto; unifica as fontes e a propriedade do capital e diversifica as áreas de atuação e os funcionários do capital.” A sociedade brasileira enquanto capitalista implica em diferenciações de cidadãos e cidadãs, e se discutir de qual democracia estamos falando quando se trata de Brasil.

Ainda Saviani (1993), observa que:

[...] o que se constata é que, à exceção dos indígenas, os diferentes grupos respiram a mesma atmosfera ideológica, isto é, regem-se pelos mesmos valores. No entanto, existem grandes diferenças de participação nos produtos culturais, embora as conquistas culturais resultem dos esforços conjunto de toda a sociedade. Isso significa que grande parte da população participa da produção da cultura, mas não participa de sua fruição. [...] enquanto pequenos grupos têm as suas aspirações realizadas, a grande maioria as tem frustradas. (SAVIANI, 1993, p. 110)

Sobre a educação, lembra o fato desta ser:

[...] sistematizada, via de regra, é uma atividade que se dirige ao outro: à outra geração, a outra classe social, à outra cultura. Supõe, portanto, uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada. É aqui, entretanto, que, permanecendo numa análise abstrata da educação, a sua real função poderá nos escapar definitivamente. (SAVIANI, 1993, p. 113)

O que o autor nos proporciona para reflexão, se refere a um povo que não usufrui igualmente dos bens produzidos historicamente, alguns privilegiados, participam de bens culturais, a exemplo da educação, enquanto muitos quando a têm, não é garantida a qualidade suficiente para alcançarem uma vida melhor.

Aqui então, passa-se a discutir mais profundamente a democracia. Tal forma de governo, para alguns intelectuais como Lefort (1991), é uma “Invenção Democrática”, consequência de revoluções ocorridas nos séculos XVIII e XIX, o

governo passa a ser determinado pelo povo. De um lado têm-se manifestações populares em busca de direitos, porem por outro lado, quem está no comando da sociedade, age conforme os interesses da própria classe, deixando de lado a ideia de satisfazer a todos. Fica excluída assim, a maior parte da população que não faz parte da elite social.

Na verdade, democracia suscita várias interpretações. Coutinho (1979, p. 34) destaca que entre as forças progressistas brasileiras existe “diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõem representar os interesses populares e, em particular, os das massas de trabalhadores.” O autor observa que a sociedade brasileira tem uma tarefa de democracia que é urgente, trata-se de eliminar o regime de exceção que passou a vigorar no Brasil após 1964. A referência ao regime de exceção está associada ao caráter autoritário e elitista que vem marcando a cultura, a economia e a política brasileira.

Segundo Coutinho (2006) no Brasil:

[...] os cinqüenta anos que vão de 1930 a 1980 conhecem um tipo de Estado burguês que se caracteriza, em sua maior parte, pela presença de uma dominação sem hegemonia. É este o caso, evidentemente, dos momentos de ditadura explícita, como os que vão de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985, que cobrem cerca de trinta anos. Decerto, uma importante variação ocorre durante os quase 15 anos do chamado período ‘populista’ (1951-1964). Sem que houvesse desaparecido o caráter autoritário e corporativista do Estado, tem lugar aqui o que eu chamaria de ‘hegemonia seletiva’.

É inegável que, em grande parte da época populista, a proposta nacional-desenvolvimentista – que era claramente uma proposta voltada para a expansão do capitalismo no Brasil e, portanto, uma proposta burguesa, que interessava sobretudo à fração industrial dessa classe – obteve o consenso de segmentos importantes das camadas populares, muito particularmente da classe operária urbana com carteira assinada. Mas é preciso insistir no caráter seletivo, isto é, limitado e excludente, dessa hegemonia. Ou seja: embora houvesse segmentos das classes subalternas dos quais se tentava obter e realmente se obtinha consenso, inclusive por meio de concessões (direitos trabalhistas, aumentos salariais etc.), tinha-se ao mesmo tempo a exclusão de outros setores importantes dessas classes, como é o caso dos trabalhadores rurais e dos urbanos autônomos, excluídos não só dos direitos sociais, mas também – graças à proibição do voto aos analfabetos – dos direitos políticos. (COUTINHO, 2006, p. 182 – 183)

Nesse sentido, discutir democracia implica reconhecer conforme Rancière (2014, p. 9) que “[...] as leis e as instituições da democracia formal são aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa.” A partir dessas reflexões nos reportamos para o pensamento de Florestan Fernandes (1991) que destaca a importância de incorporar os excluídos para haver uma transformação na sociedade. Este intelectual aborda a questão das desigualdades na sociedade brasileira lembrando que cabe à Universidade:

[...] levar o conhecimento mais avançado àqueles que não tiveram a oportunidade de aprender, àqueles que foram expulsos. Primeiro, foram expulsos socialmente e, depois, cultural e economicamente, e que precisam ser reincorporados. [...] é preciso uma revolução educacional, porque é uma reforma tão profunda quanto à reforma agrária. Ela vai abalar as estruturas sociais do País. Mas, com isso o País poderá dar um salto enorme na direção da criação de novos destinos e se tornar uma nação autônoma e, inclusive, ser capaz de colocar a questão de capitalismo ou socialismo como uma opção das classes, como uma escolha daqueles que estão em confronto e não como uma imposição da ordem. (FLORESTAN FERNANDES, 1991, p. 47)

Em uma sociedade de classes como a do Brasil, a educação pública tem passado por diversas políticas que não têm realmente mudado a condição de exclusão do povo. As políticas neoliberais que se implantaram no Brasil do final do século XX não favorecem as classes populares que procuram a escola pública. É importante que se pense uma educação que humanize as pessoas, conscientizando-as e formando atitudes éticas.

Para a concretização de uma educação humanizadora nos apoiamos em Paulo Freire que conforme Streck e Zitkoski (2010), as teses centrais da pedagogia freireana são definidas desenvolvendo-se a educação enquanto “sinônimo de humanização; ética; política; obra coletiva; práxis social transformadora; construção da cidadania e conscientização”. O entendimento da educação nesse sentido implica em um desenvolvimento histórico com humanos que se possibilitam ser mais humanos através de se afirmarem enquanto sujeitos com capacidades para intervirem na sociedade; decidindo, avaliando, optando e realizando-se livre historicamente e dialeticamente em uma ética universal humanística e solidária.

Educação entendida como ato político, posicionando-se no mundo perante as realidades sociais e históricas, como luta solidária articulada com as demais

lutas sociais em um movimento comum em busca de transformar a sociedade, realizando uma análise crítica, problematizando a realidade nos diversos momentos de confronto contrário às estruturas da sociedade que oprimem.

Fazer a educação ser ação práxis coletiva consciente da opressão que sofre, buscando libertar-se das determinações opressoras como a política, a econômica, religiosa, cultural, pedagógica, sexual, étnica, social etc. Não ser uma educação neutra politicamente, mas sim uma práxis social voltada para transformar, conscientizando os sujeitos das contradições, problematizando em uma perspectiva de mudar as estruturas sociais opressoras. Levar as pessoas a terem capacidade de se expressarem, dizer a palavra em uma relação com o outro, com o mundo, constituindo-se como sujeito em construção.

Enfim, uma educação para conscientizar, tomar conhecimento crítico das barreiras impostas, reconhecer-se inacabado, conscientizando-se de que podem e devem se desenvolver histórico sócio culturalmente, criando a história, sair do silêncio e dizer, falar a palavra na práxis contextualizada. Conscientizar nas dimensões política, ética e engajada denunciando a opressão.

Assim se pensa uma Educação humanizadora que liberte os oprimidos, os excluídos, os esquecidos etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que foram feitas sobre a educação brasileira, a cidadania e a democracia, leva-nos a inferir que a sociedade brasileira precisa repensar a importância da educação como atividade mediadora para conscientizar criticamente e humanizar as pessoas. Rever as políticas sociais que são apresentadas para as classes menos favorecidas, é de suma importância.

Também, de acordo com o pensamento de alguns intelectuais, discutir qual o significado ou as formas de ser um país democrático. A democracia enquanto governo do povo, entra em conflitos com os interesses das classes abastadas, então qual democracia para o Brasil, ainda é uma questão que precisa ser discutida.

A cidadania em uma sociedade de classes não é igual para todos. Podemos perceber pelas políticas educacionais, que várias formas de educar se fizeram realizar em diversos períodos da história do Brasil. Desse modo, entendemos que a educação tem servido para formar cidadãos / cidadãs conforme a classe social.

Conforme as reflexões levantadas, entendemos que existe um dualismo na educação brasileira que se estende em todos os seus períodos históricos, fato que está fortalecendo a sociedade de classes, formando cidadãos / cidadãs conforme a hierarquia social capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. Problemas da relação educação-cidadania na história brasileira. *In*: FELGUEIRAS, M. L. e VIEIRA, C. E. (Orgs.). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010. p. 148-152.

ALVES, C. José Veríssimo e "A Educação Nacional". *In*: XAVIER, M. do C. e HAMDAN, J. C. (Orgs.). **Clássicos da educação brasileira**, Belo Horizonte: Mazza, 2011. v. 2, p. 37.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 9, p. 34. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/49636615/A-Democracia-como-Valor-Universal>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

COUTINHO, C. N. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, J. C. F. e NEVES, L. M. W. (Orgs.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 182 - 183.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

DUARTE, N. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, p. 81, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FERNANDES, F. **Memória viva da educação brasileira**. Brasília: INEP. 1991. v. 1, p. 47.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil.** (1964 – 1985). São Paulo: Cortez, 1994.

LEFORT, C. A questão da democracia. *In*: LEFORT, C. **Pensando o político:** ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 23-36.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014. p. 9

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1993.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 1993. p. 105 – 113.

STRECK, D. e ZITKOSKI, J. J. Teses centrais na pedagogia freireana. **Revista Educação:** apresenta da pedagogia. São Paulo, n. 30, dez. 2010.

TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 70, n. 166, p. 2, 1989.